NOTÍCIAS AFRICANAS 71

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 8 A 14 DE AGOSTO DE 1994

MOÇAMBIQUE

Partidos não mostram programas consistentes nem saída para crise

Faltam praticamente dois meses para as inadiáveis eleições de 27 e 28 de outubro. Em 1º de setembro se inicia oficialmente a campanha eleitoral. Além das inquietações militares, outras poderão aflorar, envolvendo questões ligadas aos mutilados de guerra, às propriedades urbanas, aos desempregados, aos conflitos pela posse da terra, aos acirramentos étnicos.

Nesses e noutros casos, os problemas latentes podem ser transformados em pavios acesos pelo fogo manipulador dos partidos políticos. Espera-se uma campanha eleitoral acirrada marcada por um tiroteio de acusações entre a Frelimo e a Renamo, envolvendo também os demais partidos políticos.

Para um país que precisa ser reconstruído, o que mais tem faltado nessa campanha eleitoral são programas consistentes, sejam dos partidários ou não, que mostrem conhecimento profundo das reais condições do país e que apresentem alternativas de soluções.

Certamente, essa falta de programas consistentes contribuirá para agravar a situação no Moçambique pós-eleitoral. Haverá cobranças. E cobranças afobadas de um povo cansado da falta de tudo. Se não houver respostas imediatas, o que poderá acontecer?

Edson Borges
(Pesquisador do CEAA)

ONU não consegue controlar a crise

É latente a insegurança que se vive no país. A prática de roubos, pilhagens, desvios de produtos e armamentos, comum durante a guerra, continua. A lentidão e a falta de dados concretos sobre o processo de desarmamento e acantonamento das tropas governamentais e da Renamo podem ser interpretadas como mais um sinal de incapacidade das Nações Unidas (como no caso angolano) em gerenciar essa fase fundamental em qualquer contexto pré-eleitoral. E, acima de tudo, quando há pouco os dois maiores opositores combatiam com armas e ideologias conjunturalmente irreconciliáveis.

Não será, portanto, surpreendente se novos motins ou grupos de soldados, ex-soldados e naparamas se insurgirem contra um Estado diluído ou contra organismos internacionais que controlam sua soberania.

É necessário evitar a todo o custo que os acontecimentos das últimas semanas em Moçambique cheguem a uma situação incontrolável. Um país saído de 15 anos de uma guerra atroz e cuja população sofreu (e continua sofrendo) as conseqüências mais duradouras e violentas; onde centenas de ONGs atuam sem controle oficial em projetos circunscritos a regiões e a comunidades específicas; onde a sociedade civil é moluscular e desarticulada; em suma, um país que possui ainda as estruturas do Estado destruídas e que se debruça sobre as maiores carências humanas, econômicas, políticas, sociais e assistenciais.
(EB)

NESTA EDIÇÃO

- Os amigos dos africanos 2
- Motins alastram 3
- Lacticoop investe em Moçambique 3
- A "Portuguese Police" nas ruas de Maputo 4
- Amotinados regressaram ao quartel 5
- A táctica dos motins 6
- Mais armas em Luanda 6
- Palop estudam novos modelos eleitorais 6
- "Noventa por cento da população está nas zonas governamentais 7
- Naparamas só entregam zagaias à Onumoz 8
- Professores angolanos exigem aumento de 1300% 8
- Jornalista detido na Guiné 8
- Unita pede ajuda a Lisboa 9
- Polícia carrega sobre naparamas 9
- Telejornal da RTP gera controvérsia 10
- FLEC quer diálogo 10
- Alunos em férias forçadas 11
- Anglofonia em Moçambique 11
- Acordo com naparamas 11
- O inimigo enterrado 12
- Retrato de horror 13
- Nasceu o Partido da Convergência Democrática 14
- Guiné-Bissau votou de forma tranqüila 14

Soares visitou padres espiritanos e falou sobre Angola e imigrantes

Os amigos dos africanos

António Marujo

Os missionários espiritanos insistem na abertura de um novo processo de legalização de imigrantes. Soares esteve com eles e disse-lhes, em apoio discreto, que a recepção de Portugal aos imigrantes é o termómetro da relação do país com as antigas colónias. Angola foi também tema de conversa e os missionários escreveram aos beligerantes a pedir o fim das hostilidades.

Os Missionários do Espírito Santo vão alargar à cidade do Porto o trabalho que já desenvolvem na região de Lisboa, de apoio aos imigrantes lusófonos que residem em Portugal. A decisão deverá ser concretizada a curto prazo, depois de o capítulo provincial (assembleia) daquela congregação religiosa ter debatido a acção do Centro Padre Alves Correia (Cepac), de Lisboa — o organismo, da responsabilidade dos missionários, que esteve em diversas acções de apoio à legalização dos imigrantes clandestinos, e que denunciou a corrupção existente na delegação de Faro do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, investigada pela Polícia Judiciária (ver PÚBLICO 20-07-94).

"Há situações gritantes ao pé da nossa porta", disse ao PÚBLICO o novo provincial português, padre Eduardo Marques Ferreira, 43 anos, eleito anteontem, na fase final da assembleia, para justificar a ideia: "Nesse sentido, eu gostaria de ver alargado o trabalho do Cepac a cidades como o Porto, porque ele é um sinal de atenção à missão no nosso país".

O novo responsável máximo pelos missionários espiritanos conta uma história para confirmar a atenção da sua congregação às minorias: "Numa pequena aldeia, havia um cão que ladrava cada vez que um elefante passava; o cão não era capaz de abater o elefante, mas alertava a aldeia para a passagem do elefante, que podia causar estragos na aldeia". Moral da história? "A nossa missão é essa: alertar para situações onde a vida está ameaçada, sempre a partir de uma motivação de fé, não de simples filantropia".

Os padres acabariam por receber ontem, último dia de trabalhos, um apoio do Presidente da República ao trabalho que desenvolvem com os imigrantes africanos (ver caixa). Soares esteve mais de uma hora a conversar com os missionários e, segundo o PÚBLICO apurou, disse aos 30 participantes do capítulo que aqueles imigrantes são ainda explorados em Portugal. O acolhimento reservado aos africanos é o termómetro da relação de Portugal com os países lusófonos e com os processo de paz que se vivem em alguns deles, disse o Presidente.

"A Igreja sabe mais que o Governo"

O director do Cepac, padre António Laranjeira, 57 anos, considerou, em entrevista ao PÚBLICO, que o problema dos imigrantes clandestinos em Portugal só está "meio resolvido" com o processo de legalização extraordinária feito o ano passado, que atingiu perto de 40 mil pessoas. "Por isso temos insistido para que se dê uma segunda oportunidade aos que continuam por legalizar, que deverão ser outro tanto".

António Laranjeira, sobre esta matéria, não tem dúvidas, e concorda com a afirmação do presidente da Conferência Episcopal: "Neste campo, a Igreja sabe mais que o Governo, porque a Igreja está lá nos bairros e conhece mais sobre a situação concreta que os funcionários que estão nas secretárias". Para o provar, António Laranjeira diz que o Cepac está a preparar um levantamento dos imigrantes africanos em Portugal, que dê a conhecer a situação real que se vive actualmente, em relação à legalização, alojamento e emprego.

"Quem está clandestino, não pode fazer uma verdadeira integração", comenta o missionário, para quem este processo não deveria envolver apenas o Ministério da Administração Interna, mas também os congéneres do Emprego e Segurança Social e da Educação. "Temos polícia, mas a política de imigração é pobre, as pessoas não têm o mesmo acesso ao emprego que as outras e está a fazer-se tábua rasa da cultura desta gente que vem de países diferentes".

Em relação às investigações sobre a corrupção no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, de Faro, concluídas a semana passada pela Polícia Judiciária, o padre Laranjeira diz que fica ainda por esclarecer "o papel do consulado português em Sevilha", lamentando que as pessoas lesadas "não possam reaver o que é fruto de tanto suor".

Napalm no Huambo?

Tema igualmente dominante na assembleia capitular e na conversa com o Presidente Soares foi a situação em Angola. Presentes naquele país com 30 padres, os missionários espiritanos já por diversas vezes tomaram posições públicas a apelar aos beligerantes no sentido de pôr termo à guerra. Desta vez, escreveram um comunicado, que foi entregue ao Presidente da República, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, de Portugal, ao Presidente angolano e ao líder da UNITA e, através das respectivas representações diplomáticas, aos presidentes do Parlamento Europeu, Estados Unidos e Rússia.

"A guerra não abrandou, antes degenerou para métodos mais destruidores, como são os bombardeamentos indiscriminados de cidades e alvos civis, com o uso de materiais químicos e tóxicos, proibidos pelas convenções internacionais". Uma referência à situação que se vive actualmente no Huambo e no Cuíto. Há quem fale de novo em bombas de napalm e fósforo que estarão a ser usadas em bombardeamentos quase ininterruptos ao Huambo desde o fim de Maio, segundo informações chegadas de Angola à assembleia dos missionários.

Num texto assinado pelo arcebispo do Huambo, Francisco Viti, com data de 4 de Junho, diz-se que o povo está "aterrorizado por esta escalada de mortes injustificadas", enquanto se denuncia o uso da ajuda humanitária como "arma política pelos irmãos em conflito, o que é grave e desumano". Dos bombardeamentos, diz o arcebispo que é mais grave "quando são realizados em áreas onde não há combates e se utilizam bombas incendiárias e tóxicas, como é o caso do Huambo e de outros pontos do país".

Os missionários participantes na reunião que ontem terminou em Carcavelos pedem aos intervenientes no processo de paz que "cessem os fornecimentos de armas às partes em conflito" e que "sejam retomadas, imediatamente, as acções de ajuda humanitária a todas as populações em dificuldade, sem qualquer tipo de discriminação". Os padres espiritanos pedem também que se acelerem "as negociações de Lusaca, pois cada dia que passa corresponde a dezenas de vidas que se perdem".

Responder às dificuldades

Envergando uma "t-shirt" com a nova bandeira e o título do novo hino nacional sul-africano — "Nkosi sikelela i Afrika" ("Deus abençoe a África" — o padre José Manuel Sabença, 33 anos, é um dos poucos espiritanos portugueses que trabalha em países fora da área da lusofonia. Está em Durban, na província do Natal, com mais dois padres da sua congregação, numa região de predominância zulu.

Na África do Sul a violência étnica acalmou, mas há outros problemas para resolver. Na região onde vive, faltam empregos e casas, a sida já atinge cerca de 10 por cento da população, o alcoolismo e o analfabetismo são fenómenos graves.

Até às eleições do final de Abril, as igrejas envolveram-se essencialmente na luta contra o "apartheid" e a preparação das pessoas para a democracia. Agora, católicos e protestantes viram-se para acções de desenvolvimento e de reconciliação entre comunidades. "Trata-se de encontrar respostas para as dificuldades concretas que se encontram", diz José Manuel Sabença. ■

Pânico nos arredores de Maputo

Motins alastram

PÚBLICO, 29.7.94

José Pinto de Sá, em Maputo

Mais de uma centena de militares amotinados semearam ontem o pânico nos arredores de Maputo, alegando ordenados em atraso. Saquearam lojas, agrediram pessoas e criaram um clima de pânico entre a população. A Onumoz conseguiu serenar os ânimos dos revoltosos em Mixafutene, mas na Matola a tensão continua.

Maputo continuava ontem à tarde sob tensão na sequência dos motins protagonizados por militares do Exército governamental nos arredores da cidade. Embora os capacetes azuis tenham conseguido desbloquear a Estrada Nacional nº1, a situação mantinha-se crítica nos bairros periféricos da Matola e Machava, onde amotinados da sexta brigada de tanques patrulham as ruas, disparando ao acaso e semeando o pânico entre a população.

[Em Lisboa, fontes militares disseram ao PÚBLICO que o segundo batalhão de Forças Especiais, formado em Nacala, vai ser enviado para a região de Maputo, com a missão definida de assegurar os itinerários no Limpopo.]

Veteranos das Forças Armadas de Moçambique (FAM) criaram nos últimos três dias vários focos de instabilidade num raio de 15 quilómetros em redor de Maputo. Em Muelaze, a norte da capital, os soldados amotinaram-se exigindo comida, a imediata desmobilização, o pagamento de salários em atraso e um aumento igual ao que o Governo concedeu recentemente aos funcionários públicos.

Com idênticas reivindicações, elementos da sexta brigada de tanques revoltaram-se na Matola-Gare e levaram o pânico ao mercado de Xipamanine, às portas da "Cidade de Cimento", maltratando as vendedeiras, pilhando e criando um clima de pânico.

Todos armados, 180 homens daquele corpo militar abandonaram Muelaze e dirigiram-se para Mixafutene, a 15 quilómetros de Maputo, bloqueando a estrada nacional, diante da fábrica de pneus Mabor. O trânsito esteve interrompido durante todo o dia,

Continua na pág. 4

Sector leiteiro

Lacticoop investe em Moçambique

PÚBLICO, 28.7.94

DEPOIS de se aventurar em Angola em parceria com a Agropromotora e a Fada, a Lacticoop vai constituir uma nova empresa para recolha e transformação de leite em Moçambique. A empresa dá pelo nome de Umbeluzi, representa um investimento que ronda os 300 mil contos na primeira fase e junta a Lacticoop, que deterá 35 por cento do seu capital, à Vetagri, uma "trading" com conhecimentos naquele mercado africano, e à Vetagro, uma sociedade dominada por moçambicanos.

Para a Lacticoop, o alargamento da sua estratégia africana relaciona-se com o propósito de "marcar posição nos mercados dos países de expressão oficial portuguesa" e ao mesmo tempo de "rendibilizar o conhecimento e 'saber fazer' que foi acumulado nos últimos anos", diz José Costa, director da união de cooperativas com sede em Aveiro. A Umbeluzi vai funcionar de acordo com os moldes de gestão praticados pela Lacticoop, que ficará igualmente responsável pela prestação de assistência técnica e formação profissional dos quadros moçambicanos.

A componente industrial da nova empresa vai situar-se nos arredores de Maputo. A sua construção "vai ter início ainda este ano", na expectativa de José Costa, e no final de 1995 "já estaremos em condições de funcionar plenamente".

Futuro com novos produtos

Nessa altura, para além de leite, a Umbeluzi produzirá iogurtes, gelados e queijo fresco, "um produto que os moçambicanos apreciam especialmente".

Numa primeira fase da sua laboração, a empresa vai fazer o seu aprovisionamento de matérias-primas produzidas localmente e exportadas directamente de Portugal. Uma vez que o efectivo pecuário moçambicano é de reduzida dimensão, "será necessário enviar leite em pó" para garantir a laboração da empresa.

Mas a intenção dos seus promotores é aumentar a capacidade de fornecimento de matérias primas por parte dos produtores locais, pelo que "as importações vão sendo reduzidas à medida que aumentar a capacidade de produção instalada". ■ M.C.

Ministros dos PALOP em Lisboa

EM LISBOA, termina hoje um seminário promovido pelo Ministério da Administração Interna (MAI), com a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre os processos eleitorais nos países africanos de língua oficial portuguesa. O pretexto é a cooperação até agora prestada pelo MAI, por intermédio do Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE) ao grupo dos cinco. Os ministros de cada país, responsáveis pela estruturação dos processos eleitorais foram recebidos ontem de manhã pelo primeiro-ministro. Angola é representada pelo ministro da Administração do Território, Aníbal Rocha, Cabo Verde enviou o ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Mário Pereira da Silva. São Tomé e Moçambique são representados pelos ministros da Justiça, respectivamente Alberto Paulino e Ussumane Ali Daúto. Quanto à Guiné é representada pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Mamadú Pires. O ministro Dias Loureiro preside hoje à sessão de encerramento deste encontro. No mês de Outubro vai ser Moçambique o país a enfrentar o desafio das primeiras eleições democráticas e livres. ■ PÚBLICO, 28.7.94

Butros-Ghali pessimista sobre Angola

O SECRETÁRIO-GERAL da ONU afirmou ontem que as negociações de paz para Angola não registaram qualquer progresso, mostrando-se, pelo contrário, optimista com as perspectivas de uma solução global na sequência dos esforços de mediação do Presidente sul-africano, Nelson Mandela. Num relatório dirigido ao Conselho de Segurança, Butros Butros-Ghali indica que a questão da participação da UNITA no futuro Governo, e nomeadamente a distribuição de alguns governos provinciais a membros da organização rebelde, continuam a constituir os principais obstáculos a um acordo global nas negociações de Lusaca.

A situação militar e humanitária deteriorou-se nos últimos meses em Angola e as hostilidades entre as forças governamentais e as da UNITA "intensificaram-se muito", em particular nas províncias do Huambo, Cuíto e Malange, acrescenta o secretário-geral da ONU. Segundo Butros-Ghali, as recentes actividades militares "levam a pensar que o Governo concentra os seus esforços em conseguir uma posição dominante nas regiões do Norte, enquanto a UNITA se esforça por consolidar as suas posições nas regiões do Sudoeste e Centro". O relator termina afirmando a sua confiança na mediação de Mandela, pedindo ao Conselho de Segurança que se prepare para autorizar rapidamente um reforço dos efectivos da Missão das Nações Unidas em Angola, que conta actualmente 80 homens, no caso de um acordo ser obtido entre as partes sobre as questões ainda em suspenso. ■ PÚBLICO, 27.7.94

Com a farda azul das Nações Unidas

A "Portuguese Police" nas ruas de Maputo

PÚBLICO, 29.7.94

TROCARAM o uniforme da PSP pela farda azul das Nações Unidas e só a palavra Portugal na manga da camisa trai a sua origem quando passam nas ruas de Maputo, conversando em inglês com colegas suecos ou australianos. São os homens (e mulheres) da "Portuguese Police", o contingente policial português na operação da ONU em Moçambique.

No quadro da Civpol, a polícia civil da Onumoz, os portugueses colaboram no controlo das actividades da Polícia da República de Moçambique (PRM) e das empresas privadas de segurança. Estabelecidos em comandos, esquadras e postos da PRM por todo Moçambique, 800 especialistas da Civpol tentarão garantir que o processo eleitoral seja livre e justo, trabalhando em colaboração com 1200 observadores civis das Nações Unidas, numa força de fiscalização que reúne elementos oriundos de mais de 60 países.

Os efectivos portugueses ascendem actualmente a nove oficiais e 22 sub-chefes, designados por sargentos na Civpol, conforme explica o major Tito Xavier. "Major na ONU", precisa. "Em Portugal sou comissário-principal".

O critério usado na selecção dos voluntários a integrar a Civpol foi fixado pelas Nações Unidas, exigindo, entre outros, um mínimo de cinco anos de actividade profissional, domínio do inglês e prática de condução automóvel em todo-o-terreno. Além disso, o Comando-Geral da PSP deu "preferência aos oficiais com experiência de África e particularmente de Moçambique".

Actuando por todo o extenso país, a Civpol já instalou, desde fins de Maio, oito postos em zonas da Renamo em outras tantas províncias, além de acompanhar o funcionamento da PRM em áreas controladas pelo Governo.

Tito Xavier considera "inevitável que numa situação como esta — controlar a polícia de outro país — surjam mal-entendidos". Do lado moçambicano, o chefe do Estado-Maior da PRM, superintendente Benedito Zinocacassa, reconheceu que ao princípio existiram "algumas dificuldades de coordenação" entre a sua corporação e a Civpol, mas garante que as mesmas já foram ultrapassadas. Esta opinião é partilhada pelo major

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 3

Motins alastram

mas, ao fim da tarde, um oficial uruguaio da Onumoz (Operação das Nações Unidas em Moçambique) garantiu ao PÚBLICO no local que o movimento automóvel poderia ser retomado antes da noite. Camiões das ONU, com a bandeira azul desfraldada, procediam já ao transporte dos rebelados para Muelaze, após ter sido alcançado um acordo entre estes e o Estado-Maior das FAM.

Enviados do Estado-Maior também estiveram reunidos ontem com os amotinados da Matola, mas sem resultados. A cidade passou, pela terceira vez consecutiva, uma noite em branco, ouvindo tiroteio nas ruas e receando a qualquer momento um acto de pilhagem. Na Matola, a revolta eclodiu na terça-feira à tarde. Os amotinados abandonaram a sua posição na Matola-Gare e foram para a estação ferroviária, que ocuparam. Um comboio circulando entre a África do Sul e Maputo foi assaltado e o carregamento pilhado.

No dia seguinte, perante a inexistência de qualquer reacção, os amotinados percorreram as ruas da Matola e da Machava, pilhando lojas e mercados, disparando para o ar e espancando os habitantes. Alguns dirigiram-se à escola primária EP2, onde interromperam as aulas, brutalizando alunos e professores.

Ao fim da tarde de ontem, a reportagem do PÚBLICO na Matola-Gare, foi aconselhada pelos moradores da zona a abandonar o local. "A esta hora, os soldados começam a roubar cerveja, vão-se embebedar e vão começar outra vez aos tiros", disse-nos um velho habitante do bairro.

Até ontem ao fim da tarde, apenas a posição do chefe do Estado-Maior das FAM era conhecida. Em declarações à Rádio Moçambique, o general António Hama Thai disse que o Governo tencionava concluir a operação de desmobilização da sexta brigada de tanques de Matola-Gare (cerca de 400 homens) no próximo dia 3 de Agosto, acrescentando que todo o expediente nesse sentido está em poder da Onumoz e que, se houve atrasos, eles se devem ao motim desencadeado pelos queixosos.

Referindo-se às reivindicações salariais, Hama Thai explicou que não há salários em atraso para aqueles soldados, alegando que os amotinados estão equivocados por se julgarem com direito a um aumento de vencimento igual ao concedido aos funcionários públicos.

[O director-adjunto das Finanças, Armindo Matos, disse em Maputo, à agência Lusa, que os motins que se multiplicaram nos últimos dias não têm a ver com a falta de dinheiro para os soldados, explicando que o Ministério das Finanças despacha "de imediato" todos os processos referentes à desmobilização dos combatentes, do Governo e da Renamo, libertando os respectivos fundos para o pagamento das dívidas. "Não é o problema do dinheiro que está na origem da lentidão da desmobilização. Até conseguimos reduzir o tempo de processamento dos valores de duas semanas para apenas uma", disse Armindo Matos.]

Segundo a Onumoz, o Governo desmobilizou na quarta-feira 179 homens, enquanto a Renamo passou à disponibilidade 191 homens, ultrapassando assim em 1688 o número esperado de disponibilizados dos 22.637 guerrilheiros que declarou.

O prazo limite para as desmobilizações expira no dia 15 de Agosto, data até à qual o Governo terá de disponibilizar 22.236 dos seus soldados. ■

Os portugueses da Onumoz

APESAR de muito próximo do local onde uma centena de militares moçambicanos se rebelaram, o Batalhão de Transmissões Nº 4, a unidade portuguesa que integra a Operação da ONU em Moçambique (Onumoz), dificilmente poderá ver-se envolvido nos acontecimentos, disse o tenente-coronel Miguel Leitão, comandante da unidade, contactado telefonicamente pelo PÚBLICO.

PÚBLICO — Qual é a situação em Mozambique?

MIGUEL LEITÃO — São cerca de cem soldados, sem rei nem roque, sem chefes, um bocado bêbedos, que querem que lhes paguem ordenados e dêem comida. Ainda não se acalmaram. Quer a Onumoz quer o Governo estão a tentar apaziguá-los.

P. — Tem conhecimento de vítimas?

R. — Não, não tenho.

P. — O Batalhão português pode ser chamado a intervir?

R. — Não, não temos nada a ver com aquilo. A nossa missão aqui é outra.

P. — Mas não existe o risco de serem envolvidos nos incidentes?

R. — Não há grande risco disso. Estamos na área, mas o risco é muito remoto. Estamos a trabalhar calmamente como se estivéssemos em Lisboa.

P. — O Batalhão quantos homens tem?

R. — Cento e cinquenta homens em todo o país. Aqui, na Matola, na área de apoio logístico, temos cerca de 70 homens.

P. — A que distância está a sua unidade dos acontecimentos?

R. — A cerca de dois, três quilómetros em linha recta. Por estrada são quatro quilómetros.

P. — Como está armada?

R. — Apenas com armas de defesa pessoal — espingardas G-3 e pistolas Walter. A segurança pertence a outras unidades da Onumoz.

P. — Quais são elas?

R. — Uma companhia de Infantaria do batalhão uruguaio, que está a cerca de dois quilómetros da nossa. ■

Situação em Maputo volta à normalidade

Amotinados regressaram ao quartel

PÚBLICO, 30.7.94

OS MILITARES da Sexta Brigada de Tanques amotinados nos arredores de Maputo regressaram ao quartel de Matola-Gare enquanto prosseguem as negociações para solucionar as reivindicações pelas quais se revoltaram, anunciou ontem de manhã o general Hama Thai, chefe do Estado-Maior das forças governamentais.

Ao princípio da tarde, a situação tinha voltado à normalidade nos bairros de Matola-Gare, Liberdade e Machava, a quinze metros a noroeste da capital moçambicana. Durante três dias aquela área foi palco de incidentes graves, protagonizados por militares que exigem a sua imediata desmobilização e um aumento salarial de cerca de 1200 escudos mensais, igual ao que o Governo acaba de conceder aos funcionários públicos.

Falando numa conferência de imprensa em Maputo, o general Hama Thai anunciou que a desmobilização daqueles militares, agendada para o próximo dia 3, iria iniciar-se desde já. Contudo, precisou que as negociações prosseguirão no quartel da Matola-Gare entre representantes dos amotinados e uma delegação do Estado-Maior em torno da reivindicação salarial. Até ao momento, o governo tem consistentemente recusado o aumento, argumentando que ele foi concedido apenas aos funcionários e não é extensivo às Forças Armadas.

O general Hama Thai responsabilizou as Nações Unidas pelos incidentes da Matola-Gare, acusando os capacetes azuis de não terem atempadamente desarmado os soldados nem desactivado os tanques da Sexta Brigada. A utilização de quatro tanques e grande número de armas ligeiras pelos amotinados causou surpresa, já que, de acordo com o procedimento prescrito, todos os soldados devem ser previamente desarmados enquanto aguardam desmobilização.

Em vários dos numerosos motins que nas últimas semanas têm eclodido por todo o país, constatou-se que existe ainda grande número de armas nas mãos de unidades que já deviam ter sido desarmados. Este facto esteve na origem de persistentes rumores segundo os quais esse armamento teria sido deliberadamente escamoteado pelas forças governamentais de modo a que a ONU não o pudesse apreender.

Entretanto, o Presidente Joaquim Chissano condenou ontem os métodos utilizados pelos amotinados e criticou-os por não saberem aguardar pacificamente pela desmobilização. O chefe de Estado moçambicano falava aos jornalistas em Inhambane, no último dia da sua visita à província do mesmo nome, iniciada na segunda-feira.

Chissano, cuja presença tem sido solicitada em vão em vários motins de tropas governamentais, afirmou que não compete ao chefe de Estado negociar tais questões. Ao contrário de Afonso Dhlakama, que se deslocou de imediato ao local quando ex-guerrilheiros da Renamo se amotinaram no centro de acantonamento de Dombe, na província central de Manica, Chissano tem considerado impróprio o pedido dos antigos combatentes que solicitam a sua intervenção.

No decurso do motim iniciado terça-feira à tarde, os militares da Sexta Brigada de Tanques tomaram a estação de caminho de ferro de Matola-Gare, saquearam um comboio, pilharam lojas e mercados, e interromperam brutalmente as aulas na escola primária EP2, depois de porem em debandada os efectivos da esquadra local. Sem se lhes deparar qualquer resistência, os amotinados semearam o pânico entre a população civil durante dois dias e três noites, disparando desordenadamente as suas armas e pilhando os haveres dos habitantes na Matola e Machava.

Refugiados repatriados

[Segundo a Agência de Informação de Moçambique, citada pela Lusa, mais de 21 por cento dos 80 mil refugiados moçambicanos na Tanzânia deverão ser repatriados até ao dia 15 de Outubro.

De acordo com uma assistente do Núcleo de Apoio aos Refugiados na província de Niassa, a operação principiou no último dia 15 e já se saldou no repatriamento de 1265 refugiados do Licuio.

Mas apenas os que regressarem até ao dia 20 poderão recensear-se para participar nas primeiras eleições legislativas e presidenciais multipartidárias, marcadas para 27 e 28 de Outubro.

Mais de 900 mil pessoas das cerca de 1,7 milhões que se refugiaram em seis países vizinhos (África do Sul, Suazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia) regressaram já a Moçambique desde que principiou o processo de repatriamento.] ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Continuação da pág. 3

A "Portuguese Police" nas ruas de Maputo

Xavier, que considera que, "para evitar tais situações impõe-se fundamentalmente uma boa capacidade de diálogo, conhecimento da realidade da PRM e, mais ainda, um tipo de relacionamento humano que é muito facilitado", no caso dos portugueses, pela utilização da língua comum.

O interesse da Civpol pela actuação da Polícia de Intervenção Rápida, por exemplo, suscitou reticências por parte dos moçambicanos. O superintendente Zinocacassa concede que inicialmente o acesso da Civpol àquela unidade foi problemático, porque, segundo disse, "não é de qualquer maneira que alguém vai lá".

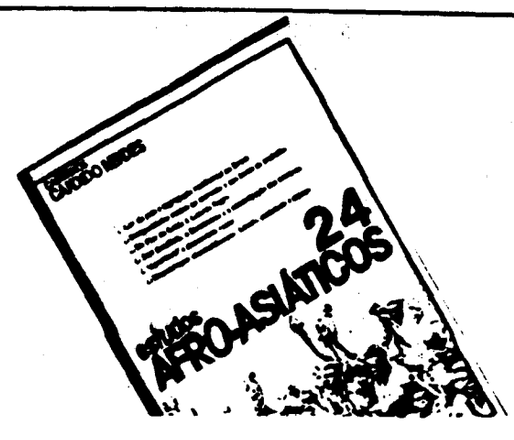
As "péssimas condições" do equipamento prisional nas esquadras foram citadas por Xavier como exemplo de anomalias constatadas pela Civpol, que já revelara a frequente ocorrência de irregularidades nas prisões preventivas.

O major reconhece que existem "problemas de vária ordem" na polícia moçambicana, uma corporação que tem sido alvo de inúmeras acusações de corrupção e abuso de poder. "Nota-se contudo que há situações que são consequência, não do comportamento individual ou colectivo na PRM, mas da total falta de meios para as corrigir".

Apesar das dificuldades, Tito Xavier considera que a sua actividade em Moçambique desde Fevereiro é uma experiência que o marcará" para o resto da vida". Acredita que é indispensável possuir o "Espírito de África" para cumprir a missão da Onumoz, e acha que "Moçambique precisa, antes de mais, de ser entendida no seu aspecto humano". ■

José Pinto de Sá, em Maputo

GOVERNO ANGOLANO E UNITA VOLTAM A REUNIR-SE — Delegações do governo angolano e da UNITA estiveram ontem reunidas a sós em Lusaca, capital da Zâmbia, para uma nova tentativa de aproximação sobre as diversas questões em aberto relacionadas com o projecto global de "reconciliação nacional". Depois de uma interrupção de uma semana, as conversações recomeçaram num ambiente de grande optimismo, tendo uma fonte da delegação governamental referido à Lusa que o encontro "foi frutuoso mas não definitivo". Nas negociações, faltam ainda acordar diversas questões políticas, nomeadamente o momento em que os dirigentes da UNITA deverão ocupar os cargos que já lhe foram destinados nos órgãos do poder em Angola. PÚBLICO, 30.7.94



A táctica dos motins

EXPRESSO, 30.7.94

TOMANDO mais uma vez à letra o velho provérbio segundo o qual «quem não chora, não mama», soldados moçambicanos puseram, entre terça e sexta-feira, a capital Maputo em alvoroço total, protagonizando motins que o chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas de Moçambique (FAM), tenente-general António Hama Thai, descreveu como os «piores de que há memória».

Os distúrbios, lançados por uma parte dos 464 soldados da sexta brigada de tanques aquartelados na Matola-Gare, um subúrbio de Maputo, são o exemplo mais recente do estratagema a que tanto os militares do Governo como da Renamo recorrem cada vez mais nas áreas de acantonamento para onde foram lançados após longos anos de guerra, para conseguirem ser desmobilizados: amotinarem-se.

De facto, tropas do Governo e da Renamo, um pouco por todo o país, obtêm a sua desmobilização militar depois de motins, que nos últimos tempos têm vindo a tornar-se mais frequentes e violentos.

Esta semana, o movimento dos soldados da Matola-Gare seria seguido, no dia seguinte, quarta-feira, por outro motim, também na periferia de Maputo, desta vez envolvendo 180 soldados do batalhão de reconhecimento estacionado em Mixafutene, que durante 24 horas isolaram a capital do resto do país, bloqueando a principal estrada nacional.

Alguns oportunistas aproveitaram-se do nervosismo generalizado para assustar vendedores no famoso mercado de Xipamanine e para os roubar quando fugiam desordenadamente, obrigando ao encerramento de algumas lojas nas imediações.

A tensão atingiu o rubro quando, ao cair da noite, se registou um prolongado corte de energia eléctrica à cidade, causado, segundo as empresas Electricidade de Moçambique e a sul-africana ESKOM, por «falhas técnicas» numa das unidades de emergência na África do Sul.

O anúncio feito por Hama Thai de que os militares tinham regressado aos quartéis aliviou os residentes em Maputo, muitos dos quais se tinham lançado numa «corrida» pouco comum às lojas.

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

Mais armas em Luanda

EXPRESSO, 30.7.94

DIVERSO equipamento militar de fabrico alemão, constituído por camiões e botes especiais motorizados, que tinham como destino o porto zairense de Matadi, foi esta semana confiscado pelo Governo de Luanda, na sequência do apresamento, há oito dias, do navio Tagama, de pavilhão italiano.

Proveniente de Antuérpia, o navio, que fez escala em vários portos da Europa, nomeadamente Lisboa, e de África, transportava material aparentemente destinado, segundo o «manifesto de carga» declarado às autoridades portuárias, a uma congregação religiosa do Zaire. As investigações levadas a cabo pelos serviços secretos militares angolanos acabariam por determinar a confiscação, devido a suspeitas de que, «em última instância, o equipamento iria servir os rebeldes da UNITA».

Segundo uma fonte do Estado-Maior das FAA, as suspeitas multiplicaram-se devido ao controlo que os homens de Jonas Savimbi exercem sobre a localidade de Noki, situada na zona fronteiriça banhada pelo Zaire, rio que serve os dois países numa extensão de 150 quilómetros de água navegável. Luanda tratou o assunto com a maior discrição diplomática possível. Depois de uma «operação de limpeza» completa, o navio zarpou para Matadi deixando em terra todo o equipamento militar, sem ter havido qualquer protesto dos importadores.

Entretanto, um contrato entre a firma de importação militar angolana SIMPORTEX e um grupo franco-russo está a apetrechar as forças armadas angolanas com um novo lote de material bélico, que chegará em quatro tranches e inclui helicópetros M17 e blindados. Segundo a mesma fonte, têm também sido desembarcadas diariamente mais de 100 toneladas de material diverso, transportado por um avião de fabrico russo, e fornecidas fardas e outro equipamento militar pela Coreia do Norte.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

ACABOU A LINHA DA FRENTE — A Linha da Frente, entidade criada para combater o "apartheid" e promover a independência do Zimbabwe e da Namíbia, decidiu ontem em Windhoek dissolver-se como tal e dinur-se na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), anunciou o ministro zimbabweano dos Negócios Estrangeiros, Nathan Shamuyarira. Os Estados da Linha da Frente são Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, bem como — desde Maio — a África do Sul, enquanto a SADC engloba os mesmos mais a Suazilândia, o Lesotho e o Malawi. PÚBLICO, 30.7.94

PALOP estudam novos modelos eleitorais

EXPRESSO, 30.7.94

O SISTEMA eleitoral nos países africanos lusófonos deverá ser alterado com apoio português, por forma a adequar a organização do sufrágio às características e tradições das populações locais. Esta foi a conclusão a que chegaram esta semana os ministros dos cinco PALOP e de Portugal responsáveis pelas eleições, reunidos num seminário em Lisboa. Para o efeito, serão desenvolvidos estudos sociológicos e antropológicos naqueles países.

«Não basta realizar eleições democráticas, seguindo o modelo ocidental, para obter estabilidade. É necessário estudar a especificidade de cada país e introduzir as alterações necessárias ao sufrágio para se conseguir a estabilidade pós-eleitoral», afirmou ao EXPRESSO fonte governamental portuguesa.

Durante o seminário, em que Portugal foi representado pelo ministro Dias Loureiro, decidiu-se criar um fórum permanente onde as diversas questões de reciprocidade entre os seis países serão analisadas. Desta forma, será realizada uma reunião anual de alto nível.

Voto nas autárquicas ainda à espera

A possibilidade de os cidadãos dos PALOP a viverem em Portugal poderem votar nas eleições autárquicas foi abordada na reunião. Contudo, esta prática, já prevista na Constituição portuguesa, apenas se concretizará numa base de reciprocidade, pelo que serão necessárias alterações legislativas prévias nos PALOP, a que terão de seguir-se acordos específicos internacionais. Em declarações ao EXPRESSO, fonte governamental admitiu que nas próximas eleições autárquicas em Portugal já poderá haver imigrantes africanos a votar.

Portugal tem colaborado em quase todos os actos eleitorais realizados nos países africanos lusófonos. Para além das missões integradas nas organizações internacionais, elementos do STAPE (Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral) têm formado os quadros envolvidos na or-

Continua na pág. 7

Vice-ministro angolano dos Negócios Estrangeiros diz ao PÚBLICO

'Noventa por cento da população está nas zonas governamentais'

PÚBLICO, 3.8.94

Jorge Heitor

Um dos vice-ministros angolanos dos Negócios Estrangeiros não crê que a paz seja para já, alegando que a UNITA não parece preparada para assinar um acordo global e que está a ter uma "acção dilatória". Entretanto, afirma que o Governo está a receber todos os dias refugiados provenientes das zonas sob controlo da oposição armada.

O antigo jornalista João Miranda, que hoje em dia é um dos dois vice-ministros angolanos dos Negócios Estrangeiros, a par de Georges Chikoti, afirmou ao PÚBLICO que 90 por cento dos mais de dez milhões de habitantes do país se encontram actualmente nas zonas sob administração governamental, incluindo perto de quatro milhões de pessoas deslocadas do seu local habitual de residência.

Miranda, que esteve em Lisboa para conferenciar com o chefe da diplomacia portuguesa, Durão Barroso, a quem entregou uma carta do Presidente José Eduardo dos Santos para o primeiro-ministro Cavaco Silva, declarou que ainda nos últimos dias mais de quatro mil pessoas fugiram da Jamba para a Namíbia, por se quererem subtrair ao controlo da UNITA.

O vice-ministro, muito esquivo sempre que se lhe fez perguntas sobre a situação militar e sobre as porções de território em poder de cada uma das partes, *não se mostrou* muito confiante em que a paz esteja para as semanas mais próximas, pois que "ainda há questões de pormenor em relação a certos aspectos importantes".

No seu entender, "o fundamental é uma resposta da UNITA à proposta formulada pela mediação", uma resposta global, que não insista na reivindicação do governo da província do Huambo, antes se devendo contentar aquele partido com a administração da Lunda-Sul, do Uíge e do Cuando-Cubango, bem como com uns certos cargos de vice-governador de província, tal como o sugerido pela ONU.

"Acção dilatória"

Segundo as palavras de João Miranda, a última proposta global da mediação, apoiada pelos observadores, EUA, Portugal e Rússia, é inegociável, mas a UNITA está com uma "acção dilatória", pois que "não quer chegar tão rapidamente a acordo", "nem parece preparada para o assinar".

Interrogado sobre se Jonas Savimbi não estaria sob pressão dos generais do seu partido para se manter intransigente, o vice-ministro respondeu que é toda a direcção da UNITA, presidida por aquele político, que "não está interessada nem preparada" em assinar um acordo global de paz, que lhe daria alguns lugares na administração central e provincial, bem como nas embaixadas.

Miranda disse que a grande preocupação do Governo é repor a autoridade do Estado angolano em todo o território nacional, designadamente nas Lundas e no Soyo, mas que nunca esteve nos seus propósitos "liquidar fisicamente a UNITA"; antes defendendo uma solução negociada do conflito.

Perguntado sobre se o partido de Savimbi só poderia assumir o controlo de alguns ministérios depois de ter desmobilizado os seus militares, o vice-ministro respondeu: "Um Governo não pode receber membros de uma organização com armas na mão. Seria um contrasenso". Preconizou definições concretas dos termos do cessar-fogo e das respectivas etapas, com desmilitarização das forças da UNITA; mas não quis avançar qualquer prognóstico quanto à possível data da paz em Angola, deixando sempre subentendido que será muito difícil vê-la concretizada antes de dois ou três meses.

Noutros passos da entrevista, o antigo quadro do "Jornal de Angola" declarou-nos que o Governo a que pertence "continua a fazer diligências para que haja um interlocutor com quem possa dialogar no caso de Cabinda; continua a ter *contacto* com as várias sensibilidades, para que um dia se possa conversar". É que o Movimento para a Autodeterminação do Kongo (Mako) "não é uma grande dor de cabeça para o Estado angolano", mas antes "um grupelho para desviar a atenção dos problemas principais". ■

Continuação da pág. 6

PALOP estudam novos modelos eleitorais

ganização e realização dos sufrágios. Neste âmbito, elementos do STAPE estarão presentes nos próximos actos eleitorais em Moçambique (em 27 e 28 de Outubro) e em S. Tomé e Príncipe. O STAPE assumirá ainda a responsabilidade de editar a legislação eleitoral de todos os países.

SEF controla vistos em Angola

Entretanto, a emissão de vistos para Portugal na Embaixada portuguesa em Luanda passou a ser controlada por um elemento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), expressamente colocado para o efeito na capital angolana.

Os documentos e declarações dos candidatos à viagem são analisados por esse agente, numa tentativa de evitar a concessão de vistos às numerosas pessoas de nacionalidade duvidosa (designadamente zairenses) ou presumíveis candidatos à imigração clandestina que têm chegado a Portugal a partir de Angola. «Queremos evitar novos episódios como o caso Vuvu», afirmou fonte do MAI.

Esta medida resultou de um acordo entre os ministérios de Dias Loureiro e Durão Barroso e teve a concordância do Governo de José Eduardo dos Santos.

De Klerk não se demite

O LÍDER do Partido Nacional, Frederik de Klerk, declarou ontem na Cidade do Cabo que aquela formação não tenciona deixar o Governo da África do Sul, presidido por Nelson Mandela. Pouco antes de uma sessão parlamentar, o segundo vice-presidente [e político mais importante da comunidade branca sul-africana] disse ter regressado das férias, na Grécia, "com todas as baterias carregadas", disposto a combater pelos princípios do Partido Nacional e a garantir que a política do ANC não será aplicada unilateralmente. Foi uma resposta às especulações segundo as quais se poderia demitir, por algumas forças não estarem muito dispostas a respeitar o compromisso no qual assenta o Governo de Unidade Nacional formado em Maio. ■

PÚBLICO, 2.8.94

Alastram os motins em Moçambique

PÚBLICO, 4.8.94

Naparamas só entregam zagaias à Onumoz

GUERREIROS DA seita Naparama e mutilados de guerra aderiram nos últimos dias ao vasto movimento de rebelião dos veteranos de guerra, que se estende por Moçambique inteiro.

Cerca de 400 membros da seita guerreira Naparama deixaram a sua base em Nicoadala, armados de zagaias e catanas, e iniciaram uma marcha para Quelimane, onde vão exigir ao Governo provincial os mesmos direitos de desmobilização concedidos aos efectivos do Governo e da Renamo.

O movimento foi fundado na década de 80 pelo grande-naparama, detentor de uma fórmula mágica que concedia alegada invulnerabilidade às balas. Utilizando unicamente armas tradicionais, actuaram ao lado do Governo nos últimos anos de guerra, sobretudo escoltando comboios de camiões nas províncias da Zambézia e de Nampula.

Após a morte em combate do grande-naparama, a seita decresceu de actividade e acabou por estacionar as suas forças. Embora não fossem abrangidos pelos acordos de Roma, os naparamas exigem que a Onumoz os desmobilize e que o Governo lhes conceda o mesmo subsídio atribuído aos antigos combatentes do Exército e da Renamo.

A cidade de Quelimane já vivera, na terça-feira, um dia de terror, imposto por 700 soldados governamentais descomandados. Os amotinados aceitaram, na manhã de ontem, regressar ao centro de acantonamento de Icídua, nos arredores da capital zambeziana, depois de receberem garantias do Governo e da Onumoz de que a sua desmobilização iria iniciar-se de imediato.

Os soldados, armados de metralhadoras AKM e de uma antiaérea, irromperam pela cidade ao princípio da manhã, na terça-feira, exigindo ser desmobilizados até ao meio-dia. Confrontados por uma unidade da Polícia de Intervenção Rápida, desencadeou-se intenso tiroteio, que provocou o pânico por toda a cidade. Acalmados os ânimos, os amotinados aceitaram manter negociações com as autoridades militares. Contudo, não encontrando resposta favorável dos interlocutores, fizeram reféns o comandante militar provincial e o chefe dos Efectivos.

Um convite recusado

Os soldados, que deviam ter sido desmobilizados até 30 de Junho, ameaçaram provocar graves distúrbios, caso a sua desmobilização não seja concluída amanhã.

Em Maputo, os mutilados de guerra recusam a desmobilização antes de receber casas e cadeiras de rodas e exigem ser atendidos pelo Presidente da República em pessoa. Na segunda-feira, um grupo de deficientes militares dirigiu-se às instalações da Rádio Moçambique para convidar o Presidente Chissano a encontrar-se com eles no dia seguinte, diante da Assembleia da República.

Na terça-feira, conforme prometido, dezenas de deficientes das Forças Armadas de Moçambique (FAM), homens e mulheres, concentraram-se diante das portas fechadas do Parlamento e esperaram em vão a chegada do comandante-em-chefe das FAM.

O Presidente Chissano, que iniciava uma visita de trabalho pré-eleitoral à cidade de Maputo, prometeu, na terça-feira, discutir os problemas dos mutilados de guerra, mas criticou os antigos combatentes, que acusou de se virarem apenas para o Estado na procura de soluções. O Presidente comentou que, se o Estado moçambicano "pudesse resolver todos os problemas dos cidadãos, seria este o único em todo o mundo". ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Professores angolanos exigem aumento de 1300%

PÚBLICO, 4.8.94

O GOVERNO de Angola disse ontem estar disposto a quadriplicar os salários dos professores do ensino primário e secundário, em greve desde segunda-feira, noticiou a France-Presse. Os professores em greve, que neste momento ganham 200 mil novos kwanzas por mês (211 escudos), exigem um aumento de 1300 por cento, ou seja, um ordenado de 2900 escudos.

Numa declaração distribuída à imprensa oficial, o Governo explicou que não é realista acordar um aumento tão elevado face "aos riscos da inflação, que poderão pôr em causa o programa de estabilização económica em curso".

Um membro da comissão negociadora dos professores de Luanda, que tem estado em conversações com o governo, afirmou à France Presse que a proposta governamental "é insuficiente" para levar os professores a retomarem o trabalho. Ontem estava marcada nova ronda negocial, mas até à hora do fecho desta edição não foram revelados quaisquer resultados. A greve é, até agora, apresentada como tendo um tempo ilimitado.

Uma fonte da comissão de professores disse à agência Lusa que para a reunião de ontem os professores exigiram a presença de jornalistas para que "a verdade não seja distorcida". "Temos verificado falta de honestidade quando as pessoas abordam a questão na imprensa, depreendendo-se que nós somos os maus da fita, o que não é verdade."

Na segunda-feira, Daniel Quipaxe, vice-governador de Luanda para a área económica e social, acusou a comissão de "ter ocultado a verdade aos colegas" e disse que os "representantes dos professores não apresentaram as propostas do governo durante a assembleia [dos professores, no fim-de-semana]". A fonte contactada pela Lusa desmentiu. ■

Jornalista detido na Guiné

EXPRESSO, 6.8.94

O ENVIADO da publicação mensal "InformÁfrica" às eleições-gerais na Guiné-Bissau foi detido, há uma semana, durante duas horas, pela polícia guineense, em Cacheu, quando acompanhava a campanha eleitoral do candidato do PAIGC à segunda volta das presidenciais, confirmou ontem o PÚBLICO.

António Nhaga afirma que a sua detenção e interrogatório pela polícia daquela cidade do norte da Guiné-Bissau "não passou de um equívoco" já que foi acusado de ser "um agente" de um partido político da oposição. Diz que lhe apreenderam todo o material de trabalho e que só o devolveram no dia seguinte, não tendo porém mexido nas gravações.

Segundo afirma, identificou-se com a carteira profissional e explicou que estava na Guiné-Bissau para cobrir o acto eleitoral. No início, Nhaga foi acusado de ter gravado uma conversa entre João Bernardo Vieira e um "Homem Grande" de Cacheu mas depois acusaram-no de ser um "agente" da Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá. A intervenção, junto da polícia, do chefe de redacção da Rádio Bissau e do adido de imprensa da Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal, contribuíram decisivamente para a sua libertação.

António Nhaga, jornalista guineense de 32 anos, é o enviado especial do mensário "InformÁfrica" às eleições presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau. O director da publicação, Rui Ramos, protestou junto do embaixador da Guiné-Bissau, considerando a detenção de António Nhaga "um acto atentório dos direitos humanos" e a prova de que a "abertura democrática na Guiné-Bissau está a ter muitos percalços no caminho". ■

Savimbi receia que Luanda use bomba comprada à Rússia

UNITA pede ajuda a Lisboa

PÚBLICO, 5.8.94

José Eduardo Agualusa

É conhecida como a bomba atómica dos pobres. A UNITA alega que Luanda comprou à Rússia o engenho mortífero. E o seu representante em Portugal escreveu a Durão Barroso a pedir a intervenção portuguesa, para que a bomba não seja usada. O MNE quer saber se as alegações são verdadeiras. Só depois decidirá o que fazer.

Um apelo da UNITA ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, para que intervenha junto dos governantes angolanos, convencendo-os a não utilizarem nos combates em curso uma "bomba atómica dos pobres" não recebeu ainda qualquer resposta do Governo português.

Em carta enviada no passado dia 22, com a assinatura de Adalberto da Costa Júnior, representante da UNITA em Portugal, o movimento de Jonas Savimbi acusa "as forças do MPLA e do Governo" de se prepararem para a "utilização em breve de engenhos de destruição maciça, sobre concentrações populacionais, tendo adquirido à Rússia [parceiro na 'troika' de observadores] a chamada 'dumb bombs', também conhecida por 'bomba atómica dos pobres'". Este engenho tem capacidade destrutiva de tudo quanto vive num raio de seis quilómetros, "variando de 100 por cento de eficácia até dois quilómetros a 50 por cento aos seis quilómetros".

O documento refere ainda que sobre o Huambo, a cidade do planalto central onde a UNITA estabeleceu o seu quartel-general, "continuam a cair milhares de toneladas de bombas de alto poder destrutivo, com incidência particular na utilização de napalm, bombas de fósforo e bombas contendo gazes tóxicos, proibidos por convenções internacionais e que invariavelmente atingem populações civis, numa incontrolável fúria assassina". Dirigindo-se directamente a Durão Barroso, Adalberto da Costa Júnior lembra que Portugal assumiu "decisivas responsabilidades" no processo de pacificação de Angola, facto que implica, segundo o representante da UNITA, "indeclináveis deveres de intervenção, sob pena de conivência que a História julgará".

O ministro dos Estrangeiros português, segundo informações obtidas ontem pelo PÚBLICO, estuda neste momento a veracidade das alegações da UNITA e pondera as diligências que poderá vir a adoptar, no caso de se confirmarem as denúncias.

Esta acusação da UNITA é "totalmente destituída de sentido" — contrapôs ao PÚBLICO uma fonte ligada à Presidência da República de Angola. Em contrapartida, confirmam-se notícias a circular em Luanda, segundo as quais a força aérea angolana tem vindo a contar com o apoio de pilotos sul-africanos, com resultados desastrosos para as forças de Jonas Savimbi. "Enquanto os pilotos angolanos apenas actuam de noite, lançando bombas a grande altitude, os sul-africanos vão a todas e nunca falham o alvo", adiantou a mesma fonte.

Um grupo de cidadãos angolanos lançou entretanto em Luanda um comunicado, condenando o atentado bombista que no passado dia 20 destruiu por completo a residência do escritor e crítico literário Nelson Pestana (E. Bonavena), membro da Comissão Política da Frente para a Democracia, FPD, e conhecido pela seu envolvimento com o movimento pacifista em Angola. Bonavena, que escapou ileso, reside actualmente em Montpellier (França), onde prepara uma tese de doutoramento, encontrando-se de férias na capital angolana.

Esta é a primeira vez que um militante de um partido não ligado a nenhuma das forças em conflito é vítima de um atentado. Em Angola, os meios de comunicação ligados ao Governo silenciaram a notícia do atentado, não se conhecendo também nenhuma reacção da UNITA. E enquanto alguns observadores lançam as responsabilidades pelo acto ao movimento de Jonas Savimbi, que recentemente emitiu um comunicado ameaçando "flagelar os crioulos em todo o espaço nacional", outros acusam o Governo angolano. ■

Motins em Moçambique

Polícia carrega sobre naparamas

PÚBLICO, 5.8.94

A POLÍCIA dispersou na quarta-feira à tarde um grupo de guerreiros da seita naparama que tentava penetrar na cidade de Quelimane para exigir às autoridades provinciais os mesmos direitos concedidos aos ex-combatentes do Governo e da Renamo.

Em representação da seita, avaliada em quase oito mil membros, cerca de 400 naparamas partiram na terça-feira de Nicuadala com destino à capital zambeziana, cobrindo a pé os 40 quilómetros de distância. Os guerreiros, que empunhavam armas tradicionais mas também metralhadoras AKM, penetraram nos subúrbios de Quelimane até ao bairro 17 de Setembro, onde foram dispersos por forças da Polícia de Intervenção Rápida (ver PÚBLICO de ontem).

Embora esquecidos nos acordos de Roma, os naparamas exigem agora o pagamento de salário dos meses que lutaram como aliados do Governo e de subsídio de desmobilização igual ao dos veteranos do Governo e da Renamo.

Fundada por Manuel António, o Grande-Naparama, a seita colaborou com as forças governamentais em operações na província da Zambézia durante os últimos anos de guerra. Dispersos após a morte do líder, alegado detentor da fórmula da invulnerabilidade às balas, os guerreiros acorreram de toda a Zambézia até Nicuadala para fazerem valer as suas reivindicações junto das autoridades de Quelimane.

Há também notícias de que os naparamas terão bloqueado a estrada entre Quelimane e Mocuba, 70 quilómetros a norte da capital provincial, apreendendo viaturas civis.

Quelimane foi palco na véspera de distúrbios provocados por militares do Governo acantonados nos arredores, que se envolveram em tiroteio com a polícia. Os militares, que já deviam ter sido desmobilizados em Junho, viram as suas exigências satisfeitas de imediato, tendo as brigadas das Nações Unidas iniciado ontem o processo de desmobilização dos 740 veteranos de guerra.

Apelo da oposição

Num comunicado difundido em Maputo, o Movimento Nacionalista Moçambicano (Monamo) faz eco das inquietações da oposição não-armada, alertando para "as frequentes e sucessivas insurreições militares que estão a provocar um clima de instabilidade social que, obviamente, poderá gerar uma confrontação político-militar".

O secretário-geral Máximo Dias, que assina o comunicado, considera que as causas dos motins "poderiam ser facilmente superadas, se houvesse o mínimo de interesse, competência e vontade política do Governo, da Frelimo e da Renamo e até da própria Onumoz".

Instando a Onumoz a não "permanecer na situação de espectador passivo", Máximo Dias pede que se faça "imediatamente o acantonamento de todos os militares, a sua real desmobilização e afectação de militares que o desejarem nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique".

No âmbito da formação das FADM, começa esta semana a extinção dos comandos militares provinciais das FAM, segundo fontes do Comando citadas ontem pelo diário pró-governamental "Notícias". Os três partidos da oposição não-armada, Palmo, Panamo e Panade, anunciaram ontem em Maputo a formação da União Democrática, que definiram como "a terceira força, alternativa à Frelimo e à Renamo". O secretário-geral da UD, António Palange, do partido democrático-liberal Palmo, anunciou que a nova coligação defende a unidade dos pequenos partidos para vencer as eleições, formar um Governo de unidade nacional e rever de seguida a Constituição.

Entretanto, elementos das organizações humanitárias estrangeiras foram evacuados da cidade de Milange, na fronteira do Malawi, na sequência de um motim de soldados que exigiam ser desmobilizados, anunciou um porta-voz dos Médicos Sem Fronteiras. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Telejornal da RTP gera controvérsia

PÚBLICO, 6.8.94

A CAPTAÇÃO em Cabo Verde da emissão da Rádio Televisão Portuguesa Internacional (RTPI), tornada possível nesta semana graças ao acordo de cooperação entre esta estação e a sua congénere cabo-verdiana (TNCV), deu um novo ingrediente às conversas de bar na Cidade da Praia. Todavia, logo no primeiro dia, ao ver no Telejornal da RTP como os portugueses ou os líderes da oposição tratam o Governo de Cavaco Silva, os mais cépticos prognosticaram que aquele "espectáculo" não iria durar muito. Assim foi. Passados dois dias do início da transmissão de quatro horas da programação da RTPI, o que aumentou para o dobro o período de emissão da televisão cabo-verdiana, os seus responsáveis substituíram o Telejornal pelo programa infantil Rua Sésamo. Irritados, vários telespectadores telefonaram para a TNCV a reclamar contra a mudança.

Da programação da RTPI, o Telejornal parece ter sido o que mais cativou os cabo verdianos, sobretudo os aliciados pela ideia de ver um serviço noticioso mais completo e elaborado que o da TNCV, em geral cheio de "interferências" governamentais. O facto dessa emissão ter coincidido com a adopção do horário de Verão, em vigor no país durante este mês, fazia com que muita gente pudesse ver em casa o Telejornal às 17h.

Alegando precisamente o "horário de Verão", a direcção da TNCV fez saber que o seu noticiário seria antecipado em meia hora, passado a ser emitido às 20h, deixando por isso o Telejornal da RTP de ser transmitido.

Confrontado pelo PÚBLICO com os rumores de que estaria a censurar o referido noticiário, o presidente do conselho de administração da TNCV, Daniel Livramento, negou o facto e justificou-se dizendo que o acordo com a RTP não prevê a transmissão do Telejornal.

"A iniciativa da sua transmissão foi nossa, porque sabíamos que no primeiro dia a RTP iria fazer menção de que estava a emitir para Cabo Verde. Por uma questão de marketing achámos que valia apena passar o Telejornal desse dia em directo. Voltamos a repetir a experiência no segundo dia, pela mesma razão", afirmou.

"Além disso", acrescenta Livramento, "avisámos que nesta fase a programação da RTPI seria transmitida a título experimental, como forma de testarmos os nossos esquipamentos. Infelizmente, em Cabo Verde, as pessoas confundem tudo."

Livramento negou igualmente a informação de que tenha havido reclamações do público, garantindo que os cabo verdianos poderão ver a maior parte do Telejornal da RTP no noticiário da TNCV. "Não faz sentido estarmos a passar coisas que em nada nos dizem respeito, por exemplo, uma notícia do interior de Portugal. O que for de interesse será transmitido", concluiu.

A transmissão da RTPI para Cabo Verde é vista como sendo a primeira reacção de Lisboa face ao avanço de Paris neste antiga colónia portuguesa. A Rádio França Internacional (RFI) passou, há um mês, a emitir em FM durante 24 horas por dia, com 60 minutos em português.

O custo dessa "reacção" está avaliado em cerca de 100 mil contos e previa-se que o início da operação fosse contar com a presença do ministro-adjunto Marques Mendes, o que obrigou os responsáveis da RTP e da TNCV a adiar a assinatura d seu protocolo para o dia 25. Tal montante destina-se a financiar equipamentos e formação de pessoal da televisão cabo-verdiana.

A Cidade da Praia encara com expectativa esta fase da sua cooperação com Lisboa, uma vez que espera retirar disso algumas vantagens. Uma delas é poder, via RTPI, contactar a sua emigração espalhada pelo mundo, através de programas de curta duração.

Por outro lado, é de há muito notória a dependência da TNCV em relação à RTP, sendo a maior parte da sua programação oriunda dessa estação. Isto sem falar das transmissões de futebol português, seguidas religiosamente em Cabo Verde. Com o início da nova temporada futebolística, o tempo de emissão da RTPI, via TNCV, deverá atingir as cinco ou seis horas. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

FLEC quer diálogo

PÚBLICO, 6.8.94

O BUREAU Político da FLEC-Renovada, presidida por José Tibúrcio Zinga Luemba, pediu às autoridades zairenses que associem "os nacionalistas cabindeses" a todas as iniciativas que tomem com o Governo de Angola para que se resolva o problema de Cabinda.

Foi depois da reunião que o mês passado tiveram naquela província delegações de Angola e do Zaire, como preparativo para uma cimeira entre os presidentes José Eduardo dos Santos e Mobutu Sese Seko, que a FLEC-R decidiu sublinhar que "nenhuma paz é possível em Angola e em Cabinda sem a implicação das partes empenhadas"; designadamente dos independentistas.

Em comunicado à imprensa, a facção de José Tibúrcio Luemba disse que, no decurso de combates travados na zona de Belize, no nordeste da província, dez militares das "forças de ocupação" foram aprisionados pelos que reivindicam a independência de Cabinda, incluindo um tenente.

No mesmo documento, a Frente de Libertação do Enclave "protesta contra o silêncio culpado observado pela ONU, pela OUA e pela Comunidade Internacional" quanto ao caso de Cabinda, província de 250 mil habitantes separada do resto de Angola por uma pequena porção de território zairense.

Segundo a FLEC-Renovada, as autoridades do Congo e do Zaire têm prestado "ajuda humanitária ao povo de Cabinda", que fala essencialmente a língua fiote e que segue em grande parte a religião católica.

Noutro comunicado, o grupo de Luemba anunciou terem dado entrada na sua Direcção Política o antigo chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas de Cabinda (FAC), coronel Jorge Victor Gomes, e outros dois elementos provenientes da facção de N'Zita Henriques Tiago: os tenentes-coronéis Tomás Leba II e Alfredo Sunda. O primeiro passa a fazer parte do Bureau Político da FLEC-R, como secretário da Defesa e Segurança, e os outros dois ficam igualmente no Conselho Central, cabendo a Tomás Leba II o secretariado da Mobilização e Propaganda.

A proliferação de facções ou sensibilidades dentro do conjunto que, sob a designação geral de FLEC, afirma pretender a independência de Cabinda é um dos sinais de fraqueza deste movimento autonomista, já com 30 anos de existência.

Entretanto, as conversações de Lusaca, entre o Estado angolano e a UNITA, continuam sem conseguir marcar uma data para a assinatura formal de um novo acordo geral de paz, substituto daquele que em Maio de 1991 se obteve em Bicesse e que se malogrou após as eleições presidenciais e legislativas de Setembro de 1992.

Como nenhum dos candidatos chegou aos 50 por cento dos votos nas presidenciais, haverá ainda que disputar uma segunda volta entre os dois mais bem cotados na primeira: José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi.

No entanto, essa segunda volta só terá condições práticas de se realizar largos meses depois de se começar a respeitar o novo acordo de paz; e quando a administração central for alargada a todas as parcelas do Estado angolano. Ou seja, em 1995, na melhor das hipóteses.

Por agora, pilhas de documentos parciais continuam a ser acumuladas na capital zambiana, fruto de nove meses de negociações. Mas há sempre algumas arestas a limar, até se conseguir alcançar o documento final viabilizador da paz. ■ **J.M.**

Paludismo mata em Angola

PÚBLICO, 6.8.94

ANGOLA sofreu, no ano passado, um milhão de casos de paludismo, 11.500 dos quais mortais, refere um boletim sanitário de uma agência da ONU agora divulgado.

Segundo esta fonte, cerca de três milhões de pessoas afectadas pela guerra civil em sete das 18 províncias do país — Cabinda, Cuanzas Norte e Sul, Lundas Norte e Sul, Moxico e Uíge — estão particularmente expostas a esta doença eventualmente mortal. Angola gasta 35 por cento do orçamento de Saúde com o paludismo, que só não afecta as suas regiões situadas acima dos 1500 metros, do Sul e do deserto ao longo da fronteira com a Namíbia. ■

Alunos em férias forçadas

EXPRESSO, 6.8.94

QUANDO falta pouco menos de um mês para o início dos exames, a greve desencadeada há uma semana por mais de 10 mil professores de Luanda, que paralisaram por completo as aulas do ensino básico, secundário e médio, continua a constituir uma arreliadora enxaqueca para o Governo de Marcolino Moco.

Os salários de miséria que auferem — em muitos casos, não chegam a cobrir o valor de uma lata de leite — e a falta de condições de trabalho, que muitas vezes obrigam os alunos a levar o giz para a escola ou a oferecer ao professor um apagador, está na base deste movimento reivindicativo, que determinou o retorno provisório a casa de mais de 300 mil alunos.

Os professores exigem um aumento mínimo de 700 mil kuanzas (480 escudos) para 13 milhões de kuanzas (8500 escudos). O Governo diz que só pode dar 6 milhões de kuanzas (4 mil escudos), argumentando que o aumento salarial «não constitui a solução para resolver os graves problemas que os funcionários públicos enfrentam».

O Governo receia que a satisfação das exigências dos professores da capital constitua um perigoso precedente, mas estes advertem que não podem «continuar a ganhar menos que os guarda-nocturnos, as empregadas de limpeza ou os lavadores de carros», porque, dizem, a desvalorização do seu salário «é a principal causa de corrupção praticada por alguns professores através do comércio dos enunciados das provas».

A verdade, porém, é que os professores, depois de terem esperado (em vão) que o executivo de Marcolino Moco respondesse ao seu caderno reivindicativo, acabaram mesmo por bater o pé, desafiando o Governo pela primeira vez, na maior greve jamais realizada no país depois da independência, alegando que «não é possível continuar a dar aulas com a barriga vazia».

Distribuição injusta dos rendimentos nacionais

Revelando-se como um teste à liberdade sindical, a contestação dos docentes da capital, que poderá aproveitar o «balanço» para criar mais um sindicato independente, tem contado com a solidariedade de estratos significativos da sociedade civil e está a dividir a classe política.

Os professores, que se mostram indignados com a manipulação dos meios de comunicação social do Estado, recusam-se a ser qualificados como «instrumentos da oposição». Para eles, a greve não é uma questão de ordem política ou ideológica, mas «determinada essencialmente pela gritante desigualdade na distribuição dos rendimentos nacionais».

Em diversos círculos políticos de Luanda — onde alunos e professores do ensino básico muitas vezes não dispõem de um banco para se sentar e os professores universitários, que formam a maior parte dos bolseiros que faz actualmente os cursos de pós-graduação em Portugal, não sabem frequentemente como alimentar as famílias — instalou-se um clima de verdadeira revolta.

As críticas são dirigidas principalmente à Sonangol e ao Ministério dos Petróleos, que, segundo a oposição, surgem como a «Santa Casa da Misericórdia» de Angola, ao concederem a filhos de representantes da «nomenklatura» bolsas de estudo em Portugal cujo valor mensal ascende os 6 mil dólares (960 contos).

O actual impasse poderá exigir a intervenção do Presidente Eduardo dos Santos, para encontrar uma solução intermédia que, por um lado, afaste o recurso à passagem administrativa dos alunos e, por outro, permita ao Governo estancar potenciais ameaças de futura-greves — que começaram já a desenhar-se e poderão vir a transformar o país num caldeirão de convulsões sociais incontroláveis.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Anglofonia em Moçambique

EXPRESSO, 6.8.94

O ARTIGO intitulado «Moçambique sem português?» [EXPRESSO, 7/5/94], sobre a questão da língua oficial daquele país, apresenta algumas conclusões pouco acertadas e sintomáticas de uma perspectiva incoerente e anacrónica. Se não vejamos:

— A terminologia utilizada pelo autor do artigo denota falta de imparcialidade perante as línguas africanas de Moçambique ao dizer que se trata de «diversos dialectos» cujo desenvolvimento pode acentuar «conflitos regionais e tribais», quando aquilo a que realmente se refere são *línguas* africanas e *suas variantes*, que são faladas por comunidades sócio-linguísticas de maior ou menor dimensão.

— Ao referir-se às estratégias da «anglofonia», o autor diz que um dos passos fundamentais para diminuir e apagar o papel do português é o desenvolvimento das línguas africanas, mas omite que esse passo visa a substituição do português pelo inglês, pois se assim não fosse esta atitude não seria interessante para os estrategos da «anglofonia», ou seja, o autor omite que o desenvolvimento das línguas africanas, segundo estes estrategos, é uma forma de implantar uma língua veicular europeia em Moçambique, e que elas não se excluem, antes se complementam. Com efeito, as línguas maternas, sejam elas africanas, europeias ou asiáticas, têm um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, pessoal, social e cultural do ser humano, sendo inegável que quanto melhor um indivíduo conhecer a sua língua materna, melhor apreende o mundo e melhor aprende uma língua segunda.

Nesta perspectiva permito-me afirmar que a estratégia da «anglofonia» é uma estratégia acertada, o que não quer dizer que eu concorde com a introdução do inglês como língua oficial de Moçambique; quer sim dizer que essa deve ser também a estratégia da «lusofonia», por se apresentar como uma opção votada ao sucesso, ao ter em consideração os interesses de todos os moçambicanos, ao ser consentânea com o rumo da História e ao ser contrária a qualquer forma de colonialismo cultural que, como diz o autor do artigo, tem «efeitos mais abrangentes e duradouros» que qualquer outra forma de colonialismo.

Paulo Feytor Pinto
Amadora

Acordo com naparamas

PÚBLICO, 6.8.94

REPRESENTANTES da seita guerreira naparama aceitaram entregar as armas em troca de apoio do Governo moçambicano à sua reinserção social, pondo termo a um conflito que se arrastou durante toda a semana e constituiu o mais recente episódio na já longa série de motins envolvendo ex-combatentes da guerra civil em Moçambique.

O acordo foi alcançado quinta-feira em Quelimane, capital da província da Zambézia, no termo de conversações entre uma delegação de quatro representantes dos naparamas e o governador provincial, Carlos Agostinho do Rosário.

A seita naparama, que conta com um efectivo de mais de oito mil homens armados, principalmente com armas tradicionais, foi fundada pelo fanático Manuel António na década de 80 e combateu ao lado das tropas governamentais durante os últimos anos de guerra. Ao cabo de um período de dispersão, que se seguiu à morte do líder em combate, os naparamas reuniram-se em Nicuadala e decidiram marchar para Quelimane, exigindo ao Governo os mesmos direitos de desmobilização concedidos aos ex-combatentes do Exército e da Renamo.

Os 400 homens armados da coluna naparama chegaram à capital zambeziana na quarta-feira, mas foram dispersos pela polícia num bairro da periferia. No encontro com o governador Agostinho do Rosário, que acabou por ter lugar no dia seguinte, os naparamas aceitaram entregar à Onumoz as suas armas de fogo. Em troca, o governo provincial prometeu apoiá-los nas regiões onde se fixarem, sem contudo especificar o tipo de apoio a conceder.

Ao mesmo tempo que decorriam as conversações, uma força da polícia de intervenção rápida atacou a base do movimento em Nicuadala, a 40 quilómetros de Quelimane, e dispersou os amotinados, sem contudo conseguir apreender qualquer armamento. ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

Em Moçambique, entre 500 a 1000 pessoas são apanhadas diariamente por uma mina

O inimigo enterrado

PÚBLICO, 7.8.94

Dos nossos enviados
César Camacho (texto)
e Luís Vasconcelos (fotos)
em Moçambique

Chamam-lhe o inimigo escondido. É composto por mais de dois milhões de elementos, contagem a pecar por defeito. São as minas. Todos os dias matam algumas dezenas de pessoas em Moçambique. Quando não matam deixam a marca. Já são milhares as vítimas desta arma infame. No caso particular da guerra civil de Moçambique, até Portugal sofre a incomodidade de ter vendido o pior que a tecnologia militar inventou.

Em Moçambique há 32 tipos diferentes de minas antipessoal e pelos menos 19 tipos diferentes de minas anticarro e antitanque. Os relatórios da ONU garantem que as minas já causaram mais de dez mil vítimas. Só a Renamo declara que teve mais de oito mil, mortos ou sujeitos a amputações. E todos os dias estes engenhos atingem entre 500 a 1000 pessoas, muitas vezes crianças.

Os dados conhecidos confirmam que 50 por cento das vítimas são civis, com predominância para as mulheres e crianças nos itinerários rurais. São as mulheres e as crianças que vão à lavra e à lenha. As operações de desminagem são lentas. É difícil preparar especialistas em limpeza de minas. A formação dos grupos de sapadores foi atribuída a uma unidade militar francesa. Há dois meses, quando o grupo de sapadores actuava num caminho perto da Matola, Maputo, foi o próprio oficial instrutor francês que accionou uma anti-pessoal. Foi-lhe amputado o pé no hospital de campanha argentino que serve a Onumoz.

A ONU e o Governo fazem apelos aos desmobilizados para que se alistem como sapadores de minas. "É um emprego bem pago", prometem. Mas todos sabem que um "homem das minas" só se engana uma vez. Nunca há segunda oportunidade.

"Há sapadores — contava um instrutor francês — que lidam longos anos com estes engenhos de morte. Conhecem cada peça, levantam a mina com segurança. Um dia surge uma a que foi ajustado um outro qualquer engenho, basta uma granada de rebentamento instantâneo por baixo e é o fim."

Relatos de tragédia

Uma organização não governamental (ONG), a Human Rights Watch Arms Project, elaborou um relatório sobre a tragedia das minas em Moçambique. Conclui-se que nem o Governo nem a Renamo têm hoje disponíveis os registos das zonas minadas. Se é que alguma vez existiram. Essa falha leva a que muitas das operações de detecção sejam feitas por palpite. É um problema que não afecta só a população moçambicana. As ONG já têm uma estatística bem trágica. Uma equipa da Unicef, em 11 de Novembro de 1993, transitava numa estrada secundária entre Barué e Macossa, na província de Manica. Troço declarado limpo. Um dos jipes accionou uma mina.

O chefe da equipa da Unicef escapou com ferimentos ligeiros. Mas cinco elementos da equipa morreram no local, dois acabaram por morrer no hospital, e sete ficaram gravemente feridos.

Na estrada de Namarroi, província de Zambézia, três viaturas de organizações humanitárias circulavam munidas de certificados de itinerário seguro. O primeiro veículo passou. O segundo fez explodir uma mina. O Land-Cruiser que accionou a mina transportava bidões com 200 litros de gasóleo. Por milagre não explodiram.

Também ao nível da Onumoz registaram-se já incidentes com minas. Foi o caso do comandante do contingente do Uruguai. O tenente-coronel Jorge Puentes ficou com uma perna esfacelada quando fazia uma patrulha na província de Inhambane, dois dias depois de ter chegado a Moçambique.

Este quadro terrível, de um país coalhado de engenhos explosivos por todos os lados, mostra bem o que foi uma guerra cuja estratégia visou, doutrina das cidades cercadas e de vias de comunicação inoperacionais em consequência da minagem. Estratégia seguida pelas duas partes, Renamo e Governo. De um lado minava-se para que ninguém pudesse entrar e do outro minava-se para que ninguem pudesse sair. Difícil é localizar as chamadas "zonas de ninguém", não minadas, para depois descobrir as zonas de risco.

Milhares de quilómetros

O primeiro projecto piloto de desminagem, consentido pela Renamo e pelo Governo moçambicano, foi acertado em 31 de Dezembro de 1992. Foi contratada uma empresa de segurança inglesa, a Gurkha Security Guards Ltd, empresa que recruta os seus elementos na famosa Legião Gurkha, exclusivamente composta por nepaleses. Tinham, para começar, uma tarefa ciclópica, com a lista de 25 itinerários prioritários a limpar. Só na área da Gorongosa somavam-se 148 quilómetros. No Dondo (Beira), até à fronteira, havia 250 quilómetros "suspeitos". Em resumo, a província de Sofala indica 1065 quilómetros de vias para limpar, Manica indica 438 e a Zambézia 300. Depois ainda há extensas zonas em Cabo Delgado, em Gaza, na província de Maputo e Tete, estimando-se a existência de muito mais de 30 mil quilómetros de estradas e caminhos a precisarem de operações de detecção e limpeza de minas.

Nesta última província registou-se um caso que ainda hoje está por clarificar.

Foi a escolha de um local para servir de campo de recepção a refugiados. Logo na primeira noite, duas mulheres e uma criança que saíram do limite ainda mal delineado do campo foram pelos ares. O campo mudou de sítio mas ninguém foi responsabilizado pela primeira e perigosa escolha. Respondem com uma pergunta reveladora já do desprendimento com que o assunto é encarado: "Quem é que ia adivinhar que ali havia minas antes de alguém ir pelos ares?"

Novos concursos

A tarefa de limpar minas não agrada aos residentes mas encontrou candidatos no exterior. A ONU estima em 30 milhões de dólares a verba necessária para o país ficar "mais ou menos" seguro, no que respeita a itinerários. No interior e nos trilhos abertos pelas populações nunca haverá segurança. Mas a verba apontada parece ter seduzido algumas empresas, logo que se confirmou a constituição de um fundo específico para esse fim.

O último concurso foi ganho por um consórcio anglo-sul-africano, que tem a particularidade de ser fabricante e fornecedor desse material de guerra. Os fundos para o pagamento das operações são agora seguros. As Nações Unidas vão entrar com 14 milhões de dólares, os fundos da Onumoz pelo departamento de assistência humanitária inscrevem sete milhões, a Suécia dá 4,3 milhões, a Holanda dois milhões. A Noruega encarrega-se das despesas de desminagem de Tete com uma verba superior a um milhão. A Agência Internacional para o Desenvolvimento, norte-americana, celebrou um contrato com uma empresa privada, a Ronco Consulting Corporation, para se encarregar das limpeza de 2170 quilómetros nas províncias de Manica, Sofala e Zambézia. São contratos já com especificações mais animadoras. Implicam a limpeza do piso e a pesquisa de três metros para cada lado da via.

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 12

O inimigo enterrado

Barbárie sem perdão

A primeira vez que vi terror nos olhos de um homem, daquele terror verdadeiro, foi numa picada de Moçambique, em Julho de 1967. Chamavam-lhe a "trilha de Nambude". Era um soldado que tinha iniciado o movimento de tropeço num fio quase invisível. Seguíamos encostados ao rio Messalo, já perto da povoação de Macomia, em pleno território Maconde. O guia, Paulo-Maconde, viu o fio e segurou o soldado. Se desse o passo em frente iam os dois pelos ares. Se recuasse, o fio já distendido faria o efeito de mola e a armadilha rebentava na mesma.

Havia que localizar o engenho, ver se era só um ou dois, se era granada ou "bailarina". Era uma granada ofensiva, sem grande risco se não fossem os dois anéis de estilhaços que a envolviam e uma segunda granada que rebentaria quando a primeira lhe saísse da pauta de segurança. A mim cabia-me arranjar fosse o que fosse para servir de cavilha à segunda granada. As mãos mostravam em todos nós um suor que era frio e ficámos a saber que aquele era o suor causado pelo medo. Ficámos a saber que o medo tem cheiro.

Ocorreu-me partir um dente de um pequeno garfo que fazia parte dos primeiros equipamentos individuais que eram distribuídos aos pára-quedistas.

Quando entreguei o dente do garfo ao Setúbal ele ainda teve lata de se rir, dizendo-me que eu tinha um "inevitável instinto para lixar equipamento militar".

Os outros dois, o soldado e o guia, pareciam uma escultura Maconde que tivesse fixado um estranho bailado, com o homem negro a segurar a perna do outro e que mantinha tenso o fio de tropeçar.

Quando o Setúbal gritou "saltem" foi como se uma mão invisível nos tivesse atirado para trás. Esperámos uns segundos pelo rebentamento que não veio. Depois levantámos a armadilha.

Desde esse dia, apesar de termos esgotado as cervejas na cantina do sr. Subtil, em Macomia, a imagem dos olhos aterrorizados daquele soldado e os dentes arreganhados e ponteagudos do Paulo Maconde vinha à minha mente cada vez que saía pelo mato fora. E quando as mãos transpiravam aquele cheiro, sabia que tinha entrado numa zona de risco. O cabo Setúbal e eu odiávamos as minas mais que qualquer outra situação na guerra. Odiávamos quem as fabricava, quem as comprava, quem as vendia, quem as colocava. Dizíamos que deviam ser proibidas. O cabo Setúbal, uns anos mais tarde, morreu na Guiné. Foi uma mina. ■

Relatório do Human Rights Watch Arms Project

Retrato de horror

PÚBLICO, 7.8.94

O ARTEFACTO militar vulgarmente conhecido por mina mantém-se associado a negócio. Riqueza ou desgraça. Desgraça é sempre quando se passa para o engenho de uso militar. As indústrias de armamento inventaram mais de dois mil tipos diferentes de mina. São antitanque, anticarro, antipessoal. A essas funções junta-se a "habilidade" do utilizador, que acrescenta ao engenho a função de "armadilha". A organização não governamental Human Rights Watch Arms Project, no capítulo dedicado à África, fez um levantamento de situação sobre Moçambique. É um retrato de horror.

- **Minas russas (ex-URSS):** Dez tipos diferentes, todos com a patente do Arsenal do Estado Soviético. A maior parte das minas é de uso contra pessoas (antipessoal). A mais simples contém 24 gramas de trotil e precisa de uma pressão de 0.25 kg. Esta mina tem uma irmã mais nova. A única diferença é que depois de montada não admite ser desactivada. Quem lhe tocar vai pelos ares. Quer dizer que é montada com intenção de não ser levantada por quem a montou. A mina PDM-6M. É accionada com uma pressão de peso variável entre um e dez quilos. É um engenho que pode ser pisado duas ou 30 vezes e há um dia qualquer que rebenta se uma pessoa pousar lá uma lata com dez litros de água.O outro modelo mais perigoso tem a etiqueta OMZ. Todas as OZM são minas de fragmentação. Tem uma carga explosiva equivalente a 75 gramas de TNT. A zona de morte de um engenho destes, apesar da fraca poténcia da carga explosiva, é de 25 metros de raio, devido à quantidade de anéis de fragmentos que podem ser adaptados. Normalmente está ligada a um fio em que se tropeça activando o mecanismo. Chamavam-lhe "a maldosa", na guerra de guerrilha. É prima da "mina-bailarina", que rebentava e distribuía estilhaços à altura da cintura de um homem em pé.

- **Minas belgas:** Os arsenais belgas ainda vendem esta coisa. M409. É antipessoal. Fabricada pela Poudres Reunie de Belgue (PRB,SA). Chamaram-lhe muitos nomes: "ana-macaca", "assassina", "viúva negra". É um artefacto redondo, com oito centímetros de diâmetro, quatro centímetros de altura. Imagine-se uma vulgar lata de meia dose de fruta em calda. Precisa de uma pressão de dez quilos para se activar. Habilidosos das minas e armadilhas juntaram-lhe outros acessórios, por exemplo uma granada de mão ligada a um fio de tropeçar.

- **Minas chinesas:** Tipo 69. Fabricada pelas indústrias de guerra de Pequim. Contra pessoas, com fragmentação. É uma mina para usar em emboscada. É mortalmente eficaz num raio de dez metros e a explosão faz dispersar estilhaços para a retaguarda da força de sopro, para o lado de quem a pisou. Pior é a Tipo-72B. É a mais disseminada. Tem uma carga explosiva fraca (34 gramas), é pequenina, difícil de detectar por ser composta quase só por material plástico.

- **Minas Checas:** Tipo PP-MI.SR. O modelo mais usado ficou com o nome de "mentirosa". É regulável com um mecanismo parecido com a roda dentada dos relógios mecânicos das torres das igrejas. Pode rebentar à quinta pisadela ou à 15ª. Tem o "defeito" de não apodrecer.

- **Minas francesas:** Tipo M59. Fabricada pela Societé D'Armement et d'Etudes Alsetex. É activada por pressão.

- **Minas italianas:** A Vasella Meccanotecnica SA, fabrica três modelos. A Valmara 69 é de todos o mais perigoso. Pode explodir por pressão, por fio de tropeçar. Mata num raio de 27 metros.

- **Minas sul-africanas:** A Denel Lda é a principal empresa de armamento sul-africano. Há quatro modelos de minas. O mais aplicado em Moçambique tem a etiqueta R2M2. Requere cerca de dez quilos de pressão para rebentar. Tem 6 centímetros de diâmetro. A composição metálica é mínima.

- **Minas portuguesas:** Tipo M969 — Uma mina antipessoal de plástico. Era produzida pela Fábrica de Explosivos da Trafaria. Era uma cópia do modelo belga. ■ **C.C.**

Nasceu o Partido da Convergência Democrática

PÚBLICO, 7.8.94

A PARTIR de ontem Cabo Verde conta com mais uma força política: o Partido da Convergência Democrática (PCD), dirigido por um antigo ministro da Justiça, Eurico Monteiro, e resultante de uma cisão no Movimento para a Democracia (MpD), do primeiro-ministro Carlos Veiga.

O anterior ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, um dos três oradores da cerimónia pública de ontem na Praia, no edifício da Assembleia Nacional, propôs um "forum permanente das forças políticas da oposição para o reforço da democracia". E, para além de críticas ao governo, Eurico Monteiro apresentou ao longo de quase duas horas as linhas gerais do programa político, social e económico do novo partido.

Do ponto de vista político, o PCD [nome idêntico ao da formação que em 1991 ganhou as eleições em São Tomé e Príncipe, mas que não chegou a estar quatro anos no poder] assume-se como um grupo que procura conjugar, com equilíbrio, "os valores da liberdade individual, da igualdade de oportunidades, da solidariedade e da justiça social". E em termos económicos defende a coexistência de todas as formas de sociedade, sem se deixar cair no "neoliberalismo extremado".

O PCD cabo-verdiano é fruto da primeira dissidência verificada no MpD, que em Janeiro de 1991derrotou nas urnas o PAICV, até ao ano anterior a única formação política autorizada.

Em Fevereiro último, o divórcio consumou-se: de um lado ficou o primeiro-ministro Carlos Veiga e do outro os seus adversários internos liderados por Eurico Monteiro e Jorge Fonseca, descontentes com o rumo dado à governação. Mas agora os líderes do PCD afirmam que não têm apenas consigo dissidentes do MpD, mas também gente que já foi do PAICV ou que nunca teve filiação partidária.

E intenção do novo grupo apresentar-se como entidade que pretende evitar os erros do MpD, resgatando se possível alguns dos valores que no início de 91 catalizaram os cabo-verdianos contra o PAICV: democracia, tolerância, competência e luta contra o esbanjamento.

Novo fôlego

A ano e meio das eleições, é provável que a vida política em Cabo Verde ganhe novo fôlego, estando praticamente posta de parte a bipolarização entre MpD e PAICV. E não é apenas a nível parlamentar que se avizinham novos protagonismos: segundo o jornal "A Semana", o MpD estuda a hipótese de avançar com um novo candidato às presidenciais, uma vez que as suas relações com o actual chefe do Estado, Mascarenhas Monteiro, não se encontram muito bem. E uma das alternativas seria Amílcar Spencer Lopes, presidente da Assembleia Nacional e membro da Comissão Política do partido governamental.

Embora a notícia tenha sido desmentida por um dirigente do grupo em causa, comenta-se na Cidade da Praia que certas atitudes do Presidente Mascarenhas Monteiro têm irritado Veiga e o MpD. Mesmo depois de ter reduzido o chefe de Estado a um papel decorativo, o primeiro-ministro tem, no entender de alguns, procurado invadir as poucas áreas que lhe restam. E nota-se que, na suspensa cimeira dos países de língua oficial portuguesa, Cabo Verde esteve para ser o único a fazer-se representar exclusivamente pelo chefe do governo.

Entretanto, Gualberto do Rosário demitiu-se de líder da bancada parlamentar do MpD, comentando-se na capital que isso é mais uma sequência do difícil relacionamento que sempre caracterizou a vida interna daquele partido; e que levou Monteiro e Fonseca a afastarem-se de Veiga.

Licenciado em Economia, Gualberto do Rosário deixara há um ano e meio o governo para reforçar a bancada parlamentar, numa altura em que já se dizia que o primeiro-ministro queria convencer Jorge Fonseca a deixar a pasta dos Negócios Estrangeiros. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Guiné-Bissau votou de forma tranquila

PÚBLICO, 8.8.94

A GRANDE maioria dos 400 mil eleitores guineenses foi ontem às urnas de forma tranquila e organizada, na segunda volta das presidenciais, para decidir se na chefia do Estado fica João Bernardo Vieira, Nino, de 55 anos, que em Novembro de 1980 se apossou do poder, ou se é substituído pelo líder do Partido da Renovação Social (PRS), Kumba Ialá.

Só hoje se deverão começar a saber alguns resultados, mas os finais nunca virão a ser oficializados antes de amanhã ou depois, particularmente se houver uma diferença muito pequena entre as preferências manifestadas por um e outro dos dois candidatos que chegaram à segunda volta, de um campo inicial de oito que a 3 de Julho se apresentaram ao eleitorado.

Nino compareceu pelas nove horas locais (11h em Lisboa) na mesa instalada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas, como se esquecera do seu cartão de eleitor, teve de ir buscá-lo, acompanhado por um forte dispositivo de segurança.

O Presidente admitiu que, se acaso perdesse, passaria para a oposição, enquanto Kumba Ialá disse que, se ganhar, quer "a Guiné de paz e de estabilidade com que Amílcar Cabral [fundador do PAIGC] sempre sonhou"; e começará por retirar as explorações agrícolas em poder de dirigentes do actual regime para as entregar a guineenses que combateram pela independência e que hoje em dia se encontram numa posição subalterna.

O candidato da oposição acrescentou que esperava uma votação da ordem dos 70 por cento e que só aceitaria a derrota se houvesse "transparência em todo o acto eleitoral", mas que já tinha conhecimento de "algumas fraudes", designadamente no Bairro de Santa Luzia, na capital. Mas estas vieram depois a ser desmentidas pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Seja quem for o novo Presidente da Guiné-Bissau, terá perante si uma Assembleia Nacional de 100 elementos em que quase dois terços são do PAIGC, pertencendo os restantes na sua maior parte ao Movimento Bafatá, de Domingos Fernandes Gomes, e ao PRS, que obtiveram respectivamente 16,16 e 8,62 por cento dos votos nas legislativas do mês passado, realizadas em simultâneo com as presidenciais. ■

Isaura Santos, em Bissau

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155.** – Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00.
WE ASK FOR EXCHANGE.

IMPRESSO